



Uma abordagem à Educação Financeira com alunos do 3º ano de escolaridade

An approach to Financial Education with 3rd year school students

Isabel Martins, Lina Fonseca
Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Resumo

A Educação Financeira tornou-se gradualmente um tema emergente a desenvolver junto da comunidade escolar pelo facto dos cidadãos se assumirem como consumidores em idades cada vez mais precoces. Por este motivo assiste-se à preocupação em desenvolver conhecimentos e capacidades financeiras por forma a permitir que, desde tenras idades, se adquiram competências financeiras. Pretende-se que os cidadãos estejam capacitados para agir de forma consciente e responsável no âmbito financeiro e consequentemente garantir que podem manter uma relação mais saudável e equilibrada com o dinheiro. Revela-se, assim, como uma vertente fundamental na formação individual e até social ao dotar os indivíduos de conhecimentos e capacidades que lhes permitam responder de forma mais eficaz a situações quotidianas e até rotineiras.

Palavras chave: literacia financeira, educação financeira, proposta didáctica.

Abstract

Financial Education has gradually become an emerging theme for the school community as citizens become consumers at an early age. Therefore, there is a concern to develop financial knowledge and skills to enable financial competences to be acquired at an early age. Citizens are expected to be able to act conscientiously and responsibly in the financial arena and therefore ensure that they can maintain a healthier and more balanced relationship with money. It is thus a fundamental aspect of individual and even social formation, giving individuals the knowledge and skills that enable them to respond more effectively to everyday and even routine situations.

Keywords: financial literacy, financial education, didactic proposal.

Introdução

Devido essencialmente à crise global que deflagrou, a Educação Financeira (EF) tem recebido grande destaque, nacional e internacionalmente, reforçando a importância de formar financeiramente os cidadãos, por forma a garantir que mantenham uma relação mais saudável e adequada com o dinheiro (Banco de Portugal, 2010; McCormick, 2009; OECD, 2005).

É necessário intervir nesta área sobretudo pelo facto dos cidadãos se assumirem como consumidores em idades cada vez mais precoces. Desenvolver capacidades e manifestá-las na ação, demonstrando, assim, competência é premissa essencial da EF e iniciar esta formação desde tenras idades propicia a geração de um

efeito multiplicador de informação e formação junto das famílias (DGE, 2014).

Torna-se essencial munir os alunos de conhecimentos e saberes e inculcar-lhes uma capacidade de análise que lhes proporcione uma tomada de decisões financeiramente consciente e responsável. A EF revela-se uma vertente fundamental na formação individual e até social ao dotar os indivíduos de conhecimentos e capacidades que lhes permitam responder de forma mais eficaz a situações quotidianas (Carvalho, Tavares & Sequeira, 2012).

Sendo a EF uma área sustentada na Educação para a Cidadania e assumindo, por isso, um carácter transversal ao currículo, foi criado o Referencial de Educação Financeira (REF) (MEC, 2013) assim como o Caderno de Educação Financeira (MEC, 2015), para apoiar o docente na sua operacionalização em sala de aula. Por este motivo, ambos foram documentos base na condução deste estudo.

No sentido de incrementar os níveis de literacia financeira de alunos de uma turma em início de 3º ano de escolaridade procurou-se compreender que conhecimentos adquiriram na sequência da implementação de uma proposta didáctica desenvolvida com base no REF. Para orientar o estudo foram definidas as questões de investigação: 1.1) Que concepções e práticas manifestam professores, pais e alunos relativamente à EF?; 1.2) Que conhecimentos e dificuldades revelam os alunos perante as tarefas realizadas, assim como que atitudes e comportamentos manifestam?

Educação Financeira

Tendo em conta o contexto de crise económica e a constante progressão dos mercados financeiros torna-se necessário capacitar os cidadãos para que possam movimentar-se com destreza na sociedade em que se inserem (ASIC, 2003; Campos, 2013) sendo que esta instrução é alcançada por meio da EF (Huston, 2010).

São várias as definições encontradas na literatura, e é por isso um conceito não universal e até relativo, sendo que no caso deste estudo é adotado o conceito da *National Foundation for Educational Research*, proposto por Schagen (1997) e citado pelo Banco de Portugal (2010) em que a EF é entendida como a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões eficazes a respeito do uso e da gestão do dinheiro. É crucial que

qualquer cidadão seja capaz de transformar a informação em conhecimento, o conhecimento em decisão e a decisão em ação (Alves, 2012). Devem ter desenvolvidas capacidades e conhecimentos que lhes permitam realizar escolhas assertivas, responsáveis e conscientes (Huston, 2010).

A premissa máxima é a de formar cidadãos responsáveis, autónomos, solidários, que conheçam e exerçam os seus direitos e deveres e que sejam críticos, pois mais do que conhecimentos são necessárias competências e atitudes de participação (DGE, Educação para a Cidadania, s.d). É neste fundamento de Educação para a Cidadania, uma componente transversal ao currículo que deve ser incluída e articulada com todas as áreas, que assenta a EF. Esta não é mais do que o processo mediante o qual os indivíduos melhoram a sua literacia financeira, a compreensão sobre conceitos, produtos e serviços financeiros. Não pretendem formar especialistas no âmbito financeiro, mas sim oferecer informação, formação e orientação para favorecer a aquisição de conhecimentos e capacidades financeiras de modo a formar cidadãos competentes (Alves, 2012; Governo do Brasil, 2013; OECD, 2005), dotando, assim, os indivíduos com destrezas financeiras que lhes vão permitir melhorar, essencialmente, as suas capacidades de tomada de decisões (Alves, 2012; CCSF, 2008-2009). Com base no exposto a EF tornou-se mais do que nunca um pré-requisito necessário a qualquer cidadão.

A família e a escola são os principais intervenientes neste processo assim como o meio mais privilegiado para este tipo de instrução. É na família que assenta a primeira construção de conhecimentos e são os pais os primeiros modelos para os filhos, sendo que a relação dos educadores com o dinheiro influencia fortemente as crenças e práticas dos seus educandos. Por sua vez, o professor deve ajudar os alunos a serem autónomos; torná-los cidadãos esclarecidos; a serem realistas no que toca ao consumo; a adquirir competências e conhecimentos necessários de modo a assegurar o seu equilíbrio financeiro (Commission des valeurs mobilières du Manitoba, s.d.), dando continuidade às aprendizagens iniciadas no seio familiar (Fonseca, Barbosa, Gonçalves, Barbosa & Peixoto, 2015). É de ressaltar, no entanto, que o Programa de Matemática para o Ensino Básico (2013) não se mostra ambicioso neste sentido, não obstante o seu contributo ser necessário, não é suficiente para promover a literacia financeira dos alunos.

Tanto pais como professores devem sobretudo propiciar uma relação saudável e equilibrada com o dinheiro sendo que este processo abarca quatro grandes áreas: (a) como ganhar; (b) como poupar; (c) como gastar e (d) como doar (d'Aquino, 2008).

A Literacia e Educação Financeira no contexto nacional e internacional

Prova do grande destaque a Literacia Financeira e a Educação Financeira têm vindo a receber são várias já as iniciativas lançadas por entidades de fins diversos.

Desde 2011 que Portugal apresenta o seu plano estratégico: o Plano Nacional de Formação Financeira, cuja missão é contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população portuguesa

promovendo a adoção de comportamentos adequados (Banco de Portugal, 2011). Destacam-se como produtos desta estratégia nacional o Referencial de Educação Financeira (MEC, 2013), o Caderno de Educação Financeira (MEC, 2015), o inquérito realizado pelo Banco de Portugal para analisar os níveis de literacia financeira da população (Banco de Portugal, 2010), assim como algumas iniciativas provenientes de instituições educativas e bancárias.

No âmbito internacional também são várias as iniciativas, os pareceres, as recomendações, os projetos, as plataformas e portais digitais.

Com o intuito de promover a Literacia Financeira vários países criaram estratégias para analisar e desenvolver a Literacia Financeira da população quer a nível nacional quer internacional. Alguns dos pareceres surgem de organizações como a OCDE ou UNESCO sendo que devem ser matrizes a ter em conta em todos os planos estratégicos criados.

Metodologia

Face ao exposto, ao objetivo e questões a que se pretendia responder, desenvolveu-se um estudo de natureza qualitativa, de cariz exploratório, uma vez que se pretendeu obter conhecimentos sobre um tema pouco explorado. O carácter exploratório configura esta pesquisa, visto que se procura abordar um tema relativamente desconhecido e pouco trabalhado, o fomento da EF em alunos do 1º CEB, concretamente com uma turma do 3º ano de escolaridade, baseado no REF (MEC, 2013), servindo apenas para nos familiarizarmos com os fenómenos alusivos à temática em questão e advindos do estudo realizado.

Participantes

Os participantes constituíam uma turma de 20 alunos, 15 do sexo feminino e 5 do sexo masculino, em início do 3.º ano de escolaridade. Dois alunos estavam diagnosticados com Necessidades Educativas Especiais, sendo que uma beneficiava de um plano de trabalho completamente individualizado, encontrando-se ao nível do 1.º ano de escolaridade, pelo que não se inseriu no projeto.

Dos 19 participantes nem todos viam a matemática com 'bons olhos', sendo que as opiniões divergiam de um extremo ao outro. Amada por uns e odiada por outros.

No geral tratava-se de um grupo dinâmico, motivado, curioso, com uma vontade insaciável por aprender, enfrentar desafios e com grande capacidade de reflexão e memorização. No que respeita a conhecimentos e noções financeiras, por se tratar de alunos com idades compreendidas entre os 7 e os 9 anos, já traziam consigo conhecimentos enraizados, maioritariamente adquiridos no seio familiar.

De ressaltar, que apesar do documento base ter sido o REF (MEC, 2013) os seus objetivos e descritores têm em vista um alcance temporal de quatro anos uma vez que são referentes a todo o 1.º CEB, ou seja, são descritores e objetivos que devem ser iniciados à entrada no 1.º ano de escolaridade e se pretendem ver alcançados à saída do 4.º ano. Neste caso é importante referir que o estudo divulgado teve uma duração de cerca de 3 meses.

Técnicas de recolha de dados. Análise de dados

Tirou-se partido de diversas técnicas, pois várias foram as fontes de informação tidas em conta por forma a responder mais eficazmente às questões de investigação. Estas diferentes fontes possibilitaram a triangulação dos dados, viabilizando uma análise mais fidedigna, permitindo alcançar uma visão global sobre um mesmo problema, tornando a investigação mais segura e coesa.

Recorreu-se à observação direta dos participantes assim como através de meios audiovisuais, recolheram-se vários registos escritos pelos alunos, dando resposta a diferentes tarefas que integraram a proposta didática implementada e usaram-se questionários e entrevistas.

As categorias de análise emergiram dos próprios dados recolhidos e analisados e das questões formuladas inicialmente. As categorias estabelecidas foram: (a) relações estabelecidas com a EF; (b) Implicação dos alunos nas tarefas – conhecimentos e atitudes; (c) potencialidades e limitações da proposta didática. Para cada uma definiram-se descritores.

Proposta didática.

A proposta didática desenhada teve por base uma sequência de tarefas que, por si só, despertassem a curiosidade dos alunos e até das suas famílias, para que fossem desconstruindo algumas conceções e construindo novos conhecimentos, alterando mentalidades e alertando consciências, quer dos alunos quer dos seus familiares, apesar do pouco tempo de intervenção.

Esta proposta iniciou-se com a apresentação do Poupas, uma mascote que orientou todas as tarefas realizadas e que servia como fonte de motivação. Foram, assim, guiadas onze sessões e realizadas dezoito tarefas.

As sessões implementadas tinham como objetivo desconstruir algumas ideias relativas ao dinheiro e à sua gestão, introduzir e interligar novos conceitos e conhecimentos, refletir e discutir variados assuntos financeiros, trocar ideias, partilhar experiências e registar raciocínios.

Apresentação e análise de resultados

Conferindo articulação com a temática abordada na semana destas implementações, o passado do meio local, organizou-se uma tarefa em que o Poupas surge evidenciando alguns aspetos característicos da região, nomeadamente os trajes, peças de artesanato entre outros. No final desta ‘viagem’ o Poupas, com um apetite voraz desafia o grupo para uma confeção de um jantar típico da região. Com base neste desafio os alunos tiveram que realizar algumas compras nos ‘supermercados’ presentes na sala de aula, o Poupa Aqui e o Há de tudo (Figura 1).



Figura 1. Supermercados Poupa Aqui e Há de Tudo

A cada par de alunos foram entregues 10€. Com este valor deveriam fazer as compras necessárias para a

refeição pedida pelo Poupas e com o sobranço fariam o que entendessem: ou gastar ou poupar.

Cada grupo recebeu uma folha de registo para listar as suas compras, pois o planeamento é importante para prevenir eventuais gastos desnecessários e estimaram o valor a gastar.

À medida que terminavam as suas listas de compras deslocavam-se aos supermercados sendo que os cálculos efetuados deveriam ser por eles confirmados, o valor a pagar e o troco a receber (Figura 2).



Figura 2. Alunos a realizar a T5

Seguiu-se a leitura da história “De mãos a abanar” (MEC, 2015) e sua exploração abordando conceitos como rendimento, despesa, receita e poupança e cada par registou os seus valores.

Por fim, abriu-se uma discussão sobre os que pouparam mais, os que fizeram um orçamento mais próximo, o tipo de escolhas que fizeram, a que aspetos deram mais atenção, entre outros.

Mas afinal o que determina o preço dos produtos que compramos? Para responder a esta questão discutimos, entre outros aspetos, sobre os efeitos da propaganda, procurando consciencializar os alunos para a importância da observação do produto e do seu preço, fazendo comparações, por forma a fazer uma compra informada e consciente. Procurou-se aportar aos alunos mais poder nas suas decisões sobre o consumo e maior capacidade de se protegerem contra propagandas. Também se pretendeu transmitir a ideia de que não é certo ou errado comprar produtos mais caros ou mais baratos, o importante é ter consciência do que se está a comprar, por que razão se está a comprar e do que abdicamos para fazer essa compra.

Para melhor perceber as estratégias usadas pelos produtores/vendedores nada melhor do que nos colocarmos na pele de um deles. Deste modo os alunos e suas famílias foram desafiados a criar um qualquer produto e posteriormente apresentar à turma as respetivas campanhas de *marketing* (Figura 3).



Figura 3. Projetos dos alunos SD, LT, MC/MG e GV

Algumas conclusões

Com base em todos os dados recolhidos foi possível concluir que a maioria dos intervenientes, considerados direta ou indiretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, no que respeita às questões de EF, manifestaram uma atitude positiva atribuindo uma considerável importância a estas abordagens.

Os pais demonstraram valorizar este tipo de abordagem realizadas quer no seio familiar quer no contexto escolar. Na sua opinião não se trata de um tema limitado às ideologias de cada família, mas sim uma temática universal cujos valores devem ser inculcados nos alunos, desde cedo, nomeadamente ao nível da gestão do dinheiro e da poupança. Verificou-se, contudo, alguma relutância relativamente à abordagem sobre as finanças familiares. É certo que a EF não pressupõe criar pequenos adultos, a par de todos os pormenores da vida financeira familiar ou social, mas sim estimular a reflexão o pensamento crítico, propiciar novas aprendizagens e práticas, atingindo a maturidade financeira (d'Aquino, 2008). Apesar dos pais afirmarem conversar com os filhos sobre o dinheiro as práticas neste sentido foram reduzidas, não obstante os testemunhos serem globalmente positivos.

No que respeita à professora inquirida, provavelmente com uma predisposição maior para abordar temas desta natureza, atribuiu um peso considerável à EF. Manifestou conhecimento dos documentos emanados pelo Ministério da Educação (REF e Caderno de Educação Financeira), embora incompleto. Considerou que os alunos tinham fracos conhecimentos sobre conceitos básicos de EF, mas salientou que se trata de um tema complexo que requer intencionalidade e sistematicidade (OECD, 2005). Confidenciou, no entanto, não abordar estas temáticas de forma intencional, mas mostrou-se capacitada para esta tarefa, uma vez que sugeriu práticas vantajosas como realizar parcerias entre a escola e instituições bancárias. Salientou que ao professor cabe o papel de analisar materiais de EF, proceder à sua seleção e posterior implementação demonstrando uma atitude participativa e positiva relativamente à EF e mostrando consciência do seu papel enquanto docente.

Os alunos, por sua vez, apesar de apresentarem fracos conhecimentos financeiros possuíam algumas conceções e conhecimentos prévios, por vezes apenas implícitos nos seus testemunhos, mas considerados adequados ou corretos. Manifestaram compreender que o dinheiro é algo importante e que serve para fins diversos, assim

como a poupança. Quase todos tinham mealheiro apesar de não terem acesso a uma mesada ou semanada. Em todo o caso, o numerário na posse dos alunos era gerido pelos pais. O facto de não auferirem de algum tipo de pecúlio de forma sistemática e regular culmina num grau não desejado de autonomia e conseqüente falta de aprendizagens no âmbito da EF nomeadamente ao nível da gestão do dinheiro, da tomada de decisões e da responsabilidade pelos riscos. O vocabulário ao nível de terminologia específica de EF também era bastante reduzido nomeadamente no conceito de despesa que não era um conceito claro para o grupo. Interpretavam o ato de comprar como sendo divertido e entusiasmante revelando alguns hábitos consumistas tendo até dificuldade em exemplificar algo de que pudessem abdicar. No que respeita à moeda oficial, todos souberam identificar o Euro. Já relativamente às instituições bancárias tinham algumas conceções ajustadas, apesar de escassas.

Relativamente à segunda questão de investigação, aqui já referente à pós-implementação da proposta didática os alunos passaram a melhor dominar conceitos de EF patentes nos registos que deixaram. Passaram a compreender que o dinheiro deve ser gerido de forma cautelosa e responsável pois deve servir acima de tudo para suprir as necessidades de cada indivíduo, que serão diferentes mediante a etapa da vida em que se encontra; que uma gestão não adequada do dinheiro pode ter conseqüências nefastas; que a tomada de decisões é muito importante e pode afetar futuramente a sua qualidade de vida; os hábitos consumistas mostraram-se mais esbatidos; que há bens necessários e supérfluos; passaram a ter conhecimento de terminologia específica de EF; compreenderam a evolução histórica da moeda; manifestaram pensamento analítico sobre questões financeiras, entre outros. É, no entanto, evidente que alguns conceitos ficaram menos claros evidenciando a necessidade de continuar com este tipo de explorações.

No que respeita às atitudes reveladas pelos alunos realça-se sobretudo a maior ponderação na gestão do seu dinheiro. Evidenciaram uma postura mais ativa na satisfação dos seus desejos pessoais, despoletando o desenvolvimento de características empreendedoras.

Relativamente aos comportamentos adotados e alterados salienta-se o comportamento distinto de vários alunos nomeadamente nas sessões referidas em que alguns tiveram em atenção o preço dos produtos, outros não manifestaram essa preocupação; uns compraram apenas o que era essencial, outros quase tudo o que podiam tendo em conta o dinheiro que tinham; uns optaram por realizar as compras em ambos os supermercados, outros resumiram-se a efetuá-las num único. Apesar destas disparidades a maioria manifestou comportamentos tido como socialmente mais adequados e ajustados. Constata-se a importância da abordagem à EF se iniciar em idades precoces, uma vez que se torna mais fácil aprender a ter comportamentos adequados e ajustados do que alterar aqueles que já estão enraizados em cada indivíduo.

Considerações finais

Analisando todo o percurso é possível verificar uma evolução significativa e bastante positiva ao nível dos conhecimentos, atitudes e comportamentos dos alunos relativamente à EF. Acredita-se que a abordagem realizada foi uma mais-valia para os alunos sendo que foi o primeiro contacto formal que tiveram com o tema e várias foram as aprendizagens reveladas. A temática em estudo suscita a curiosidade e o interesse dos alunos sendo que a proposta didática implementada foi muito bem-recebida e mesmo os alunos menos participativos se mostraram interessados, envolvendo-se nas tarefas propostas com afinco e entusiasmo.

Considerando os resultados alcançados conclui-se que é imprescindível apostar no fortalecimento da EF, especialmente orientada para desenvolver a LF no público mais jovem o que exige a introdução de programas de EF nos currículos escolares e a formação de professores. A temática mostrou-se difícil de enquadrar no currículo previsto para o 3º ano de escolaridade, nomeadamente ao nível da matemática uma vez que os conteúdos abordados aquando do momento de implementação da proposta não eram muitas vezes passíveis de interligar com a EF. Na nossa perspetiva a simples realização de tarefas matemáticas com a grandeza dinheiro não pressupõe que se esteja a desenvolver a EF e desta forma não se privilegiou este tipo de abordagem, que seria aparentemente a forma mais simples e direta de estabelecer estas ligações.

Conceitos e noções de EF precisam de ser trabalhados de forma contínua e num grau crescente de complexidade, ao longo do tempo.

Referências

- Alves, J. (2012). A (i)literacia Financeira da População – Estudo de caso para uma população do Norte de Portugal. Tese de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1179/1/DM_JoseAlves_2012.pdf
- ASIC (2003). Consultation Paper 45. Financial Literacy in Schools. Australian Securities & Investments Commission. <http://download.asic.gov.au/media/1924489/what-do-you-want-to-do-with-fin-lit-schools-dp.pdf>
- Campos, A. (2013). Investigando como a Educação Financeira Crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores (JIC'S). Tese de Mestrado Profissional em Educação Matemática, Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, Brasil. <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Diserta%C3%A7%C3%A3o-Andre-Campos.pdf>
- Carvalho, A., Tavares, C. & Sequeira, S. (2012). TeachFin€ - práticas criativas. Desenvolvimento Curricular e Didática. *Indagatio Didactica* Vol 4, 24-26.
- Banco de Portugal (2010). Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa. Portugal: <http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Noticias/Documents/RelatorioInqueritoLiteraciaFinanceira.pdf>
- Banco de Portugal (2011). Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015. Portugal: <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/documentos-relacionados/intervpub20111111.pdf>
- CCSF (2008-2009). Rapport Annuel 2008-2009. L'éducation Financière et l'école. Comité Consultatif du Secteur Financier. Chapitre 8, 121-130.
- Commission des valeurs mobilières du Manitoba (s.d.). Guide de l'instructeur en gestion financière chez les jeunes – soyex un mentor financier. <http://www.mymoneycoach.ca/sites/default/files/Mak-e-it-Count-Instructor-Guide-French-MSc.pdf>
- d'Aquino, C. (2008). Educação Financeira. Como educar os seus filhos. Rio de Janeiro: Elsevier.
- DGE (s.d.). Educação para a Cidadania. Portugal: <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania>
- DGE (2014). A Educação Financeira nas Escolas: O Referencial de Educação Financeira e a Formação de Docentes. 5ª Conferência Internacional de Educação Financeira – Perspetivas e Reflexões: por uma cidadania ativa. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Fonseca, L., Barbosa, A., Gonçalves, T., Barbosa, G., & Peixoto, A. (2015). Educação Empreendedora: um caminho para a Educação Financeira? 2º Seminário de Investigação em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática (pp.40-49). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unidade de Investigação e Desenvolvimento.
- Governo do Brasil (2013). Estratégia Nacional de Educação Financeira. Orientação para a Educação Financeira nas Escolas. <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorE NEFI.pdf>
- Huston, S. J. (2010). Measuring Financial Literacy. The Journal of Consumer Affairs. Vol 44, nº2, 296-316.
- McCormick, M. H. (2009). The effectiveness of youth financial education: A review of the literature. *Journal of Financial Counseling and Planning*. Vol 20, Issue 1.
- MEC (2013). Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar; o Ensino Básico; o Ensino Secundário e a Educação e Formação de adultos. Lisboa: Direção Geral da Educação.
- MEC (2015). Caderno de Educação Financeira 1. Porto: Trinta Por Uma Linha.
- OECD (2005). Les Principes et les Bonnes Pratiques Relatifs à la Sensibilisation et l'Education Financières. Recommandation du Conseil. <http://www.oecd.org/fr/finances/education-financiere/35108663.pdf>
- Vale, I. (2004). Algumas notas sobre investigação qualitativa em educação matemática – o estudo de caso. Em I. Vale, & J. Portela, *Revista ESEVC* (pp 171-202). Viana do Castelo: Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.